

Prosegur
Sistemas de
Segurança Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone 55 (31) 2128-5700, Fax 55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Prosegur Sistemas de Segurança Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

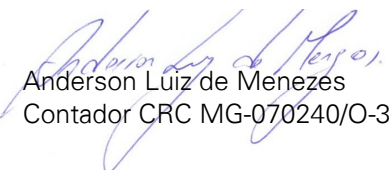
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prosegur Sistemas de Segurança Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2015	2014	Passivos	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.550	11.775	Fornecedores		2.168	4.233
Clientes	6	27.722	19.293	Salários e encargos sociais	8	12.868	11.385
Impostos a recuperar		450	1.726	Impostos e contribuições		8.373	1.333
Despesas antecipadas		19	17	Outros passivos circulantes		40	43
Estoques		383	347	Total do passivo circulante		23.449	16.994
Outros ativos circulantes		877	1.345				
Total do ativo circulante		49.001	34.503				
				Provisões	9	1.781	4.242
Créditos com partes relacionadas	16	17.212	138.520	Débitos com partes relacionadas	16	3.894	128.162
Impostos diferidos	15(a)	4.300	2.085	Impostos e contribuições		6.218	42
Depósitos judiciais	7	1.490	2.258	Total do passivo não circulante		11.893	132.446
Outros ativos não circulantes		-	412				
Total do ativo realizável a longo prazo		23.002	143.275	Patrimônio líquido			
				Capital social	10	6.268	3.706
Investimentos		11	8	Adiantamento para futuro aumento de capital	10	3.679	-
Imobilizado		1.561	184	Outros resultados abrangentes		349	255
Intangível		740	757	Lucros acumulados		28.677	25.326
Total do ativo não circulante		25.314	144.225	Total do patrimônio líquido		38.973	29.287
				Total do passivo		35.342	149.441
Total do ativo		74.315	178.728	Total do passivo e patrimônio líquido		74.315	178.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receita líquida	12	124.875	105.314
Custo dos serviços prestados	13	<u>(98.168)</u>	<u>(79.740)</u>
Lucro bruto		<u>26.707</u>	<u>25.574</u>
Despesas comerciais	13	(2.597)	(2.380)
Despesas gerais e administrativas	13	(6.399)	(6.312)
Resultado de equivalência patrimonial		4	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>17.715</u>	<u>16.882</u>
Despesas financeiras	14	(8.947)	(751)
Receitas financeiras	14	<u>39.913</u>	<u>2.239</u>
Receita financeiras líquidas		<u>30.966</u>	<u>1.489</u>
Lucro antes dos impostos		48.681	18.371
Imposto de renda e contribuição social	15	<u>(14.863)</u>	<u>(7.281)</u>
Lucro do exercício		<u><u>33.818</u></u>	<u><u>11.090</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	33.818	11.090
Outros resultados abrangentes		
Itens que nunca serão reclassificados para o resultado		
Remensuração do passivo de benefício definido	<u>94</u>	<u>242</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>33.912</u></u>	<u><u>11.332</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.706	-	13	33.975	37.694
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.090	11.090
Dividendos e JCP distribuídos	-	-	-	(19.739)	(19.739)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	242	-	242
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.706	-	255	25.326	29.287
Lucro líquido do exercício	-	-	-	33.818	33.818
Aumento de Capital	2.562	-	-	-	2.562
Dividendos e JCP distribuídos	-	-	-	(30.467)	(30.467)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.679	-	-	3.679
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	94	-	94
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.268	3.679	349	28.677	38.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	33.818	11.090
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	71	38
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	1.514	1.296
Provisões para contingências líquidas	5.016	3.258
Equivalência patrimonial	4	-
Impostos diferidos	(2.215)	(382)
Atualização do passivo atuarial	94	242
Valor residual de ativos permanentes baixados	-	17
Juros e variações monetárias líquidas	-	(45)
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber de clientes	(9.943)	(2.170)
Impostos a recuperar	1.275	(1.096)
Estoques	(35)	71
Depósitos judiciais	1.028	(97)
Outros	880	(59)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(2.065)	3.815
Salários e encargos sociais	1.483	2.354
Impostos e contribuições	7.038	(570)
Pagamento de processos judiciais	(1.558)	-
Outros	(15)	26
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	36.390	17.788
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(1.433)	(163)
Transferência de participação em coligadas	4	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.429)	(163)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de capital de quotistas	2.562	-
Adiantamento para aumento de capital	3.679	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(30.467)	(19.738)
Ingresso (pagamento) de mútuos entre partes relacionadas, líquido	(2.960)	11.656
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(27.186)	(8.082)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	7.775	9.543
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.775	2.232
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	19.550	11.775
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	7.775	9.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Prosegur Sistemas de Segurança Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade limitada com sede na Av. Guaratã, 633, Bairro do Prado, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, constituída em 09 de dezembro de 1993. Originalmente, ela foi constituída como Prosegur São Paulo Serviços Especiais Ltda., tendo como objeto social: (a) transporte de documentos e títulos de crédito; (b) serviços de contagem de numerários, envelopamento e pagamento de salários em empresas; (c) preparação de documentos; (d) serviços de limpeza a entidades públicas ou particulares; (e) serviços de administração de pagadorias e recebedorias; (f) serviços de manutenção de equipamentos; (g) serviços de representação, plastificação e acompanhamento de equipamentos de segurança; (h) locação de veículos e motocicletas; (i) administração e distribuição de cartões magnéticos; (j) coleta, entrega e agenciamento de pequenas encomendas; (k) administração de caixas automáticos bancários.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações na legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras mensuradas pelos seus valores justos por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6** - premissa sobre a mensuração das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa 9** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 15** - premissas sobre a mensuração dos impostos diferidos.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Instrumentos financeiros

(ii) *Ativos financeiros não derivativos*

A Empresa reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis e depósitos na data em que foram originados. Os demais ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos quando a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial apenas quando a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Empresa tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos financeiros com vencimento original de, no máximo, três meses a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos*

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro é realizada quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: mútuo com partes relacionadas, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o atraso ou não pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Empresa sobre condições de que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Empresa considera evidência de perda de valor para recebíveis no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs e, se ainda houve perda remanescente, o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs é reduzido em uma base *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não exista mais. Uma perda de valor é revertida se houver uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Empresa para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Empresa e que o seu custo possa medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado na medida em que incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais se aproxima do padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Empresa obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

(i) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, exceto ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Benefícios a empregados

(i) Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Empresa quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Empresa, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis. Quando a obrigação de plano de benefício definido resulta em um potencial passivo, o mesmo é reconhecido no grupo contábil de Provisões, no passivo não circulante.

A Empresa determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinação no início do período a que se referem as demonstrações financeiras e considerando quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Empresa reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a Empresa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

g. Receita operacional

(i) Serviços

A empresa esta envolvida na prestação de serviços de vigilância, e na realização de outros serviços relacionados.

A empresa reconhece a receita com suas prestação de serviços com base nas horas incorridas dos seus vigilantes nos postos de segurança. A quantidade de horas é apurado mensalmente com base no total das horas trabalhadas por cada vigilante.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Esses são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e

diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às reversões das diferenças temporárias, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso houver um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Empresa estão mencionadas abaixo. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipadamente.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Bancos conta movimento	1.514	560
Aplicações financeiras	18.036	11.215
	<u>19.550</u>	<u>11.775</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	<u>19.550</u>	<u>11.775</u>

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 11. Os saldos de caixa e bancos, que compreendem basicamente saldos em conta corrente, foram classificados como empréstimos e recebíveis. As aplicações financeiras referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário e Compromissadas remuneradas a aproximadamente 93% (88% em 31 de dezembro de 2014) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podendo ser resgatadas a qualquer tempo como equivalentes de caixa.

6 Clientes

	2015	2014
Clientes	25.803	18.162
Serviços a faturar	5.708	3.426
Contas a receber de partes relacionadas	20	-
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(3.809)	(2.295)
	<u>27.722</u>	<u>19.293</u>
Total Contas a receber	<u>27.722</u>	<u>19.293</u>

Reconhecimento dos Serviços a faturar

A maior parte dos serviços prestados a clientes são faturados nos primeiros dias do mês seguinte à execução dos serviços. Dessa forma, todos os serviços já executados são registrados na conta de “Serviços a faturar” no grupo contábil de “Clientes” no ativo circulante, em contrapartida à conta de Receita na demonstração do resultado do exercício.

A composição do contas a receber, por vencimento, está demonstrada abaixo:

	2015	2014
A vencer	22.244	15.390
0 a 30 dias	3.538	1.884
31 a 60 dias	965	1.300
61 a 90 dias	523	278
91 a 180 dias	1.295	676
Mais de 181 dias	2.966	2.060
Perdas esperadas	(3.809)	(2.295)
	<u>27.722</u>	<u>19.293</u>
Total	<u>27.722</u>	<u>19.293</u>

A movimentação na perda esperada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	(2.295)	(1.244)
Créditos provisionados no exercício	(1.514)	(1.296)
Baixas definitivas de títulos	-	245
Saldos em 31 de dezembro	<u>(3.809)</u>	<u>(2.295)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perda esperadas em créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica despesas comerciais na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica de contas a receber de clientes relativos a provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa são baixados definitivamente.

7 Depósitos judiciais

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para os processos, cuja probabilidade de perda foi fundamentada na opinião dos assessores jurídicos, como provável, possível e remota (vide nota explicativa 9).

Natureza dos processos	2015	2014
Cíveis	163	164
Trabalhistas	1.323	2.009
Tributários	4	85
Total dos depósitos judiciais	<u>1.490</u>	<u>2.258</u>

8 Salários e encargos sociais

	2015	2014
Salários a Pagar	2.781	2.092
Provisão Férias	6.284	5.052
INSS e FGTS a pagar	3.231	1.372
Outros encargos e provisões sociais	572	2.869
Total de salários e encargos sociais	<u>12.868</u>	<u>11.385</u>

9 Provisões

	<u>Contingências</u>			Benefícios a empregados	Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas		
Saldo em 31/12/2013	577	19	1.472	43	2.111
Adições	3.310	15	3.148	120	6.593
Baixas - pagamentos	-	(15)	(1.632)	(5)	(1.652)
Reversões	(286)	(18)	(1.378)	-	(1.682)
Liquido depósitos judiciais (a.)	-	-	(1.128)	-	(1.128)
Saldo em 31/12/2014	3.601	1	482	158	4.242
Adições	-	-	2.181	-	2.181
Baixas - pagamentos	-	(1)	(1.557)	-	(1.558)
Reversões	(2.749)	-	(799)	(77)	(3.625)
Liquido depósitos judiciais (a.)	245	-	296	-	541
Saldo em 31/12/2015	1.097	-	603	81	1.781

As provisões relacionadas a processos judiciais são destinadas a cobrir eventuais perdas em questões trabalhistas, cíveis e fiscais, que estão em andamento, nas diversas esferas administrativas e jurídicas. As provisões para eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas na opinião de seus assessores legais.

A Empresa tem ações de natureza trabalhista e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$898 (R\$195 em 31 de dezembro de 2014), para as quais não há provisão constituída.

- a. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as provisões de contingências e os depósitos judiciais foram apresentados de forma líquida. Para o ano de 2015, a Empresa procurou melhorar a apresentação das contingências relacionadas aos depósitos judiciais, de acordo com o ambiente de controle interno robusto que tem neste processo, alterando a abordagem adotada até 2014. Os saldos comparativos foram alterados para efeitos de manter a uniformidade dos mesmos.

10 Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$6.268, conforme segue:

Investidoras	Capital Social (em R\$ mil)	Nº Quotas	%
Prosegur Global SIS S.L	3.520	3.520	56%
Prosegur International SIS	2.748	2.748	44%
Total Capital Social	6.268	6.268	100%

a. Aumento de capital

De acordo com a alteração contratual e consolidação do contrato social ocorrida em 16 de novembro de 2015, a Juncadella Prosegur Internacional S.A.(Antiga investidora, com sede na Argentina) cede e transfere a totalidade de suas quotas, à sócia Prosegur International SIS S.L.

Em 31 de dezembro de 2015 houve um aumento de capital no montante de R\$2.562 realizado pela sócia Prosegur International SIS S.L. Em decorrência do disposto acima, fica alterada o contrato social da sociedade, que passa a vigorar conforme apresentado anteriormente.

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

De acordo com o instrumento particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, ocorrido em 31 de dezembro de 2015, foi deliberado o aumento de capital da Sociedade pela integralização da totalidade do adiantamento de capital no montante de R\$3.679. O aumento de capital a ser realizado, resultará na criação de 3.679 novas quotas da Sociedade, as quais serão totalmente subscritas e integralizadas pela Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores de Segurança.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Exercício de 2015

Em reunião da Diretoria realizada em 12 de junho 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$30.467, proporcional a participação de cada um dos quotistas. Em junho de 2015, a Empresa liquidou o montante total através de desembolso de caixa.

Exercício de 2014

Em reunião da Diretoria realizada em 26 de setembro de 2014, foi aprovada a distribuição de dividendos, no montante de R\$18.500, proporcionalmente a participação de cada um dos quotistas. Nesta mesma reunião foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$1.239. Os juros sobre o capital próprio foram considerados, para fins do cumprimento das obrigações estatutárias da Empresa, assim como antecipação de quaisquer dividendos, relativos ao exercício de 2014. Tais deliberações foram tomadas com base no resultado apurado em balanço intermediário, levantado em 31 de agosto de 2014, bem como lucros gerados em anos anteriores. O saldo de JCP distribuído, líquido do tributo retido na fonte, é de R\$1.052 e foi pago aos quotistas no dia 29 de setembro de 2014, juntamente com os dividendos citados acima.

11 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

- Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Empresa.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração da empresa tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa. Os Diretores são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa. As políticas e diretrizes de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela mesma, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Empresa, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

A política de vendas da Empresa está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

- Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Administração também considera a demografia de seus clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

A Empresa estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em histórico de estatísticas de pagamento para ativos financeiros semelhantes. As transações vencidas há mais de 180 dias são analisadas pelo departamento Financeiro a fim de identificar perdas.

- Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$19.550 mil em 31 de dezembro de 2015 (2014: R\$11.775 mil). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre BB- e A-1, baseado na agência de rating Standard & Poor's.

Risco de liquidez

Risco de liquidez está relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes, o qual é analisado periodicamente pela Administração da Empresa

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2015	2014
Fornecedores	2.168	4.233
Débitos com partes relacionadas	<u>3.894</u>	<u>128.162</u>
Total Passivo financeiro não derivativo	<u>6.062</u>	<u>132.395</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Empresa:

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos
Passivos financeiros não derivativos			
Fornecedores	2.168	2.168	-
Débitos com partes relacionadas	<u>3.894</u>	<u>-</u>	<u>3.894</u>
Total	<u>6.062</u>	<u>2.168</u>	<u>3.894</u>

31 de dezembro de 2014	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos
Passivos financeiros não derivativos			
Fornecedores	4.233	4.233	-
Débitos com partes relacionadas	<u>128.162</u>	<u>-</u>	<u>128.162</u>
Total	<u>132.395</u>	<u>4.233</u>	<u>128.162</u>

Risco de mercado

O risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos e passivos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A avaliação e controle deste risco são feitos periodicamente.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Empresa remunerados por juros com taxa variável era:

	2015	2014
Ativos financeiros (Aplicação Financeira)	<u>18.036</u>	<u>11.215</u>
Total	<u>18.036</u>	<u>11.215</u>

Risco cambial

Os riscos com moeda estrangeira estão associados às transações com a controladora final Prosegur España S.L., sediada na Espanha, cujos valores a pagar correspondem a R\$2.549 (R\$2.549 em 31 de dezembro de 2014), e que estão contratados em Euros.

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.514	18.036	19.550	560	11.215	11.775
Contas a receber de clientes	27.722	-	27.722	19.293	-	19.293
Créditos com partes relacionadas	17.212	-	17.212	138.520	-	138.520
	<u>46.448</u>	<u>18.036</u>	<u>64.484</u>	<u>158.373</u>	<u>11.215</u>	<u>169.588</u>
	31/12/2015			31/12/2014		
	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Passivos						
Fornecedores	2.168	-	2.168	4.233	-	4.233
Débitos com partes relacionadas	3.894	-	3.894	128.162	-	128.162
	<u>6.062</u>	<u>-</u>	<u>6.062</u>	<u>132.395</u>	<u>-</u>	<u>132.395</u>

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Equivalentes de caixa - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI.
- Clientes, Fornecedores e Partes relacionadas - Decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Em 31 de dezembro de 2015				
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	-	18.036	-	18.036
Total de ativos	<u>-</u>	<u>18.036</u>	<u>-</u>	<u>18.036</u>
Em 31 de dezembro de 2014				
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	-	11.215	-	11.215
Total de ativos	<u>-</u>	<u>11.215</u>	<u>-</u>	<u>11.215</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Empresa.

O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Empresa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;

- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2015	2014
Empréstimos e recebíveis (Caixa e equivalentes de caixa, Clientes e Créditos com partes relacionadas)	64.485	169.588
	<u>64.485</u>	<u>169.588</u>

Perdas por redução no valor recuperável

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis está apresentado na nota explicativa 6.

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Empresa acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber de clientes não vencidas ou vencidas até 180 dias.

12 Receita operacional

	2015	2014
Receita Bruta	146.305	122.524
Impostos sobre vendas	(18.544)	(15.601)
Devoluções e abatimentos	(2.886)	(1.609)
Receita Líquida	<u>124.875</u>	<u>105.314</u>

13 Custos e despesas operacionais

A Empresa optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento do resultado por natureza.

Custos e despesas por função

	2015	2014
Custo dos serviços prestados	(98.168)	(79.740)
Despesas comerciais	(2.597)	(2.380)
Despesas gerais e administrativas	(6.399)	(6.312)
Total de Custos e Despesas Operacionais	<u>(107.164)</u>	<u>(88.432)</u>

Custos e despesas por natureza

	2015	2014
Custos e Despesas com Pessoal	(98.255)	(80.512)
Perda esperada em crédito de liquidação duvidosa	(1.514)	(1.296)
Serviços contratos com empresas do Grupo	(3.567)	(1.307)
Outros custos e despesas operacionais	<u>(3.828)</u>	<u>(5.317)</u>
Total de Custos e Despesas Operacionais	(107.164)	(88.432)

14 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2015	2014
Juros sobre aplicações financeiras	1.491	982
Juros sobre operações entre empresas do Grupo	37.276	841
Variação cambial ativa	485	149
Outras receitas financeiras	<u>661</u>	<u>267</u>
Receitas financeiras	39.913	2.239
Despesas com juros	(463)	(558)
Variação cambial passiva	(720)	(144)
Juros sobre operações entre empresas do Grupo	(7.299)	(45)
Outras despesas financeiras	<u>(465)</u>	<u>(4)</u>
Despesas financeiras	(8.947)	(751)
Despesas financeiras líquidas	<u>30.966</u>	<u>1.488</u>

15 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2015	2014
Lucro contábil antes dos impostos	48.681	18.371
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(16.552)	(6.246)
Adições / exclusões permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	1	-
Juros sobre capital próprio	-	421
Despesas não dedutíveis	(372)	(1.074)
Outros	<u>2.060</u>	<u>(382)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(14.863)</u>	<u>(7.281)</u>
Diferido	2.222	387
Corrente	(17.085)	(7.668)
Alíquota efetiva	31%	39%

a. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

Impostos diferidos ativos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Diferenças temporárias	4.300	2.085	-	-	4.300	2.085

16 Partes relacionadas

Controladora e controladora final

A controladora da Empresa no Brasil é a TSR Participações Societárias S.A., sendo que a controladora final é a Prosegur Cia. de Seguridad S.A. sediada na Espanha.

Remuneração de pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração da Prosegur Sistemas é remunerado pela coligada Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança.

Mapa das transações com partes relacionadas

	Débito/Crédito					
	2015			2014		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controladora						
Prosegur Global SIS, S.L	-	-	-	-	-	-
Prosegur International SIS, S.L	-	-	-	-	-	-
Coligadas						
TSR	6.875	-	3.567	7.617	-	-
Centro de Treinamento Prosegur Ltda	2	-	-	2	-	-
Prosegur Tecnologia Sist de Seg e Ltda	8.130	-	-	6.596	-	-
Prosegur Administração de Recebíveis	2.219	-	-	1.614	-	-
Prosegur Brasil	-	(3.892)	-	122.691	(128.161)	-
Prosegur Companhia de Seguridad S.A	-	-	-	-	(2.549)	1.307
Prosegur Activa	6	-	-	-	-	-
Setha Ind Eletrônica Ltda	-	(2)	-	-	(1)	-
	<u>17.232</u>	<u>(3.894)</u>	<u>3.567</u>	<u>138.520</u>	<u>(130.711)</u>	<u>1.307</u>
Sumário por natureza						
Clientes	20	-	-	-	-	-
Crédito por partes relacionadas	17.212	-	-	138.520	-	-
Débitos com partes relacionadas	-	(3.894)	-	-	(128.162)	-
Fornecedores	-	-	-	-	(2.549)	-
Custo/Despesas com empresas do Grupo	-	-	3.567	-	-	1.307
Total	<u>17.232</u>	<u>(3.894)</u>	<u>3.567</u>	<u>138.520</u>	<u>(130.711)</u>	<u>1.307</u>

Os créditos mantidos com a Prosegur Tecnologia decorrem de empréstimos de mútuo corrigidos pela remuneração de 100% do CDI. As demais transações com partes relacionadas se referem substancialmente a contas correntes entre empresas do grupo, as quais são corrigidas pela TJLP sem prazo de vencimento estabelecido. Os contratos de mútuos são por prazo indeterminado, registrados no passivo não circulante, pois, não há expectativa dos mesmos serem liquidados nos próximos 12 meses.

* * *

Diretoria

Fabio Reus

Sergio França

Solange Simões

José Luis Rodrigues

Miguel Torres Távora

Responsável técnico

Graziella Figueiredo Ferreira
Gerente Corporativa Contábil
CRC-MG 080210/O-8